



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA -
NS



PLANO DE ENSINO Nº 1034/2025 - CEAMS (11.51.05)

Nº do Protocolo: 23062.034996/2025-94

Belo Horizonte-MG, 03 de julho de 2025.

CAMPUS: I - Belo Horizonte	
DISCIPLINA: Legislação e Licenciamento Ambiental	CÓDIGO: G00LLAM0.01

Início: 05/2025

Carga Horária: Total: 60 horas/aula Semanal: 04 aulas Créditos: 04

Natureza: Teórica

Área de Formação - DCN: Profissionalizante

Competências/habilidades a serem desenvolvidas: C03, C07, C08, C14, C16, C20, C25, C26, C29, C30 (conforme Quadros 1 e 2 do PPC de Engenharia Ambiental e Sanitária -

Versão: Projeto de Reestruturação/2022)

Departamento que oferta a disciplina: Departamento de Ciência e Tecnologia Ambiental

Ementa:

Meio ambiente internacional. Princípios do Direito Ambiental. Constituição Federal e meio ambiente. Competência em matéria ambiental. A Política Nacional do Meio Ambiente e suas interfaces. O papel dos Conselhos de Meio Ambiente. Legislação aplicada ao Licenciamento Ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. O processo de licenciamento ambiental no estado de Minas Gerais. A tutela judicial do meio ambiente.

Cursos	Período	Eixo	Obrig.	Optativa
1. Engenharia Ambiental e Sanitária	7º	Gestão, Análise e Controle Ambiental	SIM	-

INTERDISCIPLINARIDADES

Prerrequisitos
Planejamento Ambiental e Urbano (G00PAUR0.01)
Correquisitos
-

Objetivos: A disciplina devesa possibilitar ao estudante	
1	Compreender as principais normas legais e regulamentações que regem a matéria ambiental no país.
2	Entender os mecanismos e desdobramentos legais que podem ser acionados de modo a preservar e/ou reparar os danos ambientais.
3	Conhecer as principais normas que regem o licenciamento ambiental no país e no Estado.
4	Aplicar o licenciamento ambiental em projetos, atividades ou empreendimentos.

Unidades de ensino		Carga-horária (horas/aula)
1	Introdução e meio ambiente internacional	4
2	Princípios do Direito Ambiental Brasileiro.	4
3	A Constituição Federal e o Meio Ambiente.	4
4	Competências em matéria ambiental.	4
5	Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente: zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, licenciamento ambiental, padrões de qualidade ambiental, etc.	6
6	Sistemas Nacional e Estadual de Meio Ambiente. Papel do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM).	6
7	Licenciamento Ambiental: legislações aplicáveis e normas do CONAMA e COPAM.	8
8	O processo de licenciamento ambiental em Minas Gerais	8
9	A tutela judicial do meio ambiente: responsabilidade civil e reparação do dano ecológico.	4
10	Lei de Crimes Ambientais: responsabilidade administrativa e penal.	4
11	Trabalhos práticos de aplicação do licenciamento ambiental em projetos, atividades ou empreendimentos.	8
Total		60

Bibliografia Básica	
1	MACHADO, P. A. L. Direito ambiental brasileiro . 28ª ed. Editora Juspodivm, 2022.
2	MILARÉ, E. Direito do Ambiente . 12ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.
3	RIBEIRO, J. C. J.; SILVA, L. C. N. (Org.). Licenciamento e Avaliação de Impacto Ambiental – Experiências e Desafios . Ed. Lumen Juris, 2021.

Bibliografia Complementar	
1	OLIVEIRA, F. M. G. Direito Ambiental . 2ª ed. São Paulo: Método, 2017.
2	ANTUNES, P.B. Direito Ambiental . 22ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.
3	TRENNEPOHL, C.; TRENNEPOHL, T. Licenciamento ambiental . 8ª ed. Revista dos Tribunais, 2020.
4	IBAMA. Cartilha do Licenciamento Ambiental . 2. ed. Brasília, 2007.
5	FREITAS, V. P.; FREITAS, G. P. Crimes contra a natureza . 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

(Assinado digitalmente em 03/07/2025 15:18)
TULIO CESAR FLORIPES GONCALVES
COORDENADOR - TITULAR
CEAMS (11.51.05)
Matrícula: ###754#5

tipo: **PLANO DE ENSINO**, data de emissão: **03/07/2025** e o código de verificação: **0466d4ed83**